

## TEORIZANDO AS RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS\*

**Bob Jessop\*\***

Universidade de Lancaster

**Neil Brenner\*\*\***

Universidade de Harvard

**Martin Jones\*\*\***

Universidade de Aberystwyth

**Resumo:** Este ensaio busca reformular debates recentes sobre a teoria socioespacial por meio da introdução de uma abordagem que pretende compreender o caráter inerentemente polimórfico e multidimensional das relações socioespaciais. Como antigos defensores de uma virada escalar, agora questionamos o privilégio – qualquer que seja – a uma única dimensão do processo socioespacial, escalar ou não-escalar. Consideramos várias das recentes e sofisticadas “viradas” no âmbito da ciência social crítica; exploramos suas limitações metodológicas e salientamos muitas vertentes importantes da teoria socioespacial que buscam transcender aquelas limitações. Com base nesse entendimento, propomos um reconhecimento mais sistemático da polimorfia – a organização das relações socioespaciais em diferentes formas – da teoria socioespacial. Mais especificamente, sugerimos que territórios (T), lugares (L), escalas (E) e redes (R) devam ser vistos como mutuamente constitutivos e como dimensões interligadas das relações socioespaciais. Apresentamos esta proposição como uma extensão às contribuições recentes para a espacialização da abordagem estratégico-relacional (AER) e exploramos algumas de suas implicações metodológicas. Concluímos com uma ilustração da aplicabilidade da “estrutura TLER” em várias esferas de investigação dos processos socioespaciais no capitalismo contemporâneo.  
**Palavras-chave:** Território. Lugar. Escala. Rede. Teoria Socioespacial.

### THEORIZING SOCIOSPATIAL RELATIONS

**Abstract:** This essay seeks to reframe recent debates on sociospatial theory through the introduction of an approach that can grasp the inherently polymorphic, multidimensional character of sociospatial relations. As previous advocates of a scalar turn, we now question the privileging, in any form, of a single dimension of sociospatial processes, scalar or otherwise. We consider several recent sophisticated ‘turns’ within critical social science; explore their methodological limitations; and highlight several important strands of sociospatial theory that seek to transcend the latter. On this basis, we argue for a more systematic recognition of polymorphy – the organization of sociospatial relations in multiple forms – within sociospatial theory. Specifically, we suggest that territories (T), places (P), scales (S), and networks (N) must be viewed as mutually constitutive and relationally intertwined dimensions of sociospatial relations. We present this proposition as an extension of recent contributions to the spatialization of the strategic-relational approach (SRA), and we explore some of its methodological implications. We conclude by briefly illustrating the applicability of the ‘TPSN framework’ to several realms of inquiry into sociospatial processes under contemporary capitalism.

**Keywords:** Territory. Place. Scale. Network. Socio-spatial Theory.

### TEORIZANDO LAS RELACIONES SOCIALESPACIALES

**Resumen:** En este ensayo se procura reformular debates recientes sobre la teoría socioespacial mediante la introducción de un abordaje con el que se apunta a comprender el carácter inherentemente polimorfo y pluridimensional de las relaciones socioespaciales. Como viejos defensores de un giro escalar, cuestionamos ahora que se otorgue un privilegio –sea cual fuere– a una única dimensión del proceso socioespacial, escalar o no escalar. Analizamos varios de los recientes y sofisticados “giros” en el ámbito de dada ciencia social crítica; exploramos sus limitaciones metodológicas y enfatizamos muchas vertientes importantes de la teoría socioespacial que buscan trascender dichas limitaciones. Partiendo de ese entendimiento, proponemos un reconocimiento más sistemático del polimorfismo –la organización de las relaciones socioespaciales en diferentes formas– de la teoría socioespacial. Más específicamente, sugerimos que territorios (T), lugares (L), escalas (E) y redes (R) deben verse como mutuamente constitutivos y como dimensiones interconectadas de las relaciones socioespaciales. Presentamos este plan-teamiento como una contribución a los aportes recientes que apuntan a una espacializa-ción del abordaje estratégico-relacional (AER) y exploramos algunas de sus implicacio-nes metodológicas. Concluimos con una ilustración de la aplicabilidad de la “estructura TLER” en varias esferas de investigación de los procesos socioespaciales en el capita-lismo contemporáneo.

**Palabras clave:** Territorio. Lugar. Escala. Red. Teoría Socioespacial.

\*Traduzido por Camila de Brito e Fabiana Ribeiro do Nascimento, sob a supervisão e revisão da Prof.ª Dr.ª Elizamari Becker.

\*\*Departamento de Sociologia, Universidade de Lancaster LA1 4YD, Inglaterra. E-mail: bjessop@lancaster.ac.uk

\*\*\*Departamento de Planejamento Urbano, Universidade de Harvard, 48 Quincy St, Cambridge, MA 02138, EUA. Email: nbrenner@gsd.harvard.edu

\*\*\*\*Instituto de Geografia e Ciências da Terra, Universidade de Aberystwyth, Aberyst-wyth SY23 3DB, País de Gales; e-mail: msj@aber.ac.uk

## Introdução

Debates acirrados a respeito da espacialidade das relações sociais ocorrem com frequência nas ciências sociais. No entanto, esses debates seguem frequentemente seu curso sem produzir grande impacto sobre as pesquisas empíricas em torno da questão espacial – especialmente quando estes debates parecem ser excessivamente abstratos, abstrusos ou unidimensionais para dar suporte à pesquisa concreta. Este ensaio busca redefinir esses debates. Como antigos defensores de uma virada escalar, atualmente questionamos o privilégio, qualquer que seja, de uma única dimensão do processo socioespacial, escalar ou não-escalar<sup>1</sup>, por acreditarmos que isso contribui para uma sequência irrefletida de viradas espaciais, levando a curtos ciclos de vida intelectual para importantes conceitos socioespaciais, limitando oportunidades de aprendizado por meio de debates teóricos, análises empíricas e avaliações críticas de tais conceitos. Os limites do unidimensionalismo manifestam-se, também, em diversas tendências metodológicas na teoria socioespacial contemporânea, incluindo-se: amnésia teórica e alegações exageradas sobre inovações conceituais; uso de conceitos caóticos em vez de abstrações racionais; extensão excessiva e aplicações imprecisas de conceitos; aprofundamento de conceitos em detrimento de sua aplicação empírica; e um apelo a metáforas fragilmente definidas em prejuízo de estratégias de pesquisa rigorosamente demarcadas<sup>2</sup>. Depois de esboçar esses problemas e suas expressões em análises mais ou menos unilaterais, propomos um reconhecimento mais sistemático da polimorfia – a organização das relações socioespaciais em diversas formas e dimensões – na teoria socioespacial.

## Sucessivas “viradas” socioespaciais e suas limitações

Diversas viradas espaciais explícitas ocorreram durante os últimos trinta anos em diversas disciplinas. Cada uma delas tentou revelar as premissas espaciais não declaradas, e muitas vezes problemáticas, subjacentes às pesquisas das ciências sociais, assim como elaborar uma descrição mais adequada das relações socioespaciais. Particularmente, quatro termos espaciais foram cunhados pelos cientistas sociais ao longo dos últimos trinta anos: território, lugar, escala e rede (DICKEN et al, 2001; PAASI, 2004; SHEPPARD, 2002). Esses termos estão associados com viradas

espaciais específicas e, embora problematizem questões diferentes, estão, na verdade, intimamente conectados, teórica e empiricamente. Quaisquer que sejam as diferenças – substanciais, metodológicas e políticas – entre os teóricos contemporâneos sobre o uso dos termos território, lugar, escala e redes, o interesse nesses assuntos tem sido fortemente relacionado aos esforços para decifrar as transformações de larga escala da organização socioespacial, principalmente aquelas associadas com a crise do fordismo no Atlântico Norte, com a intensificação da “globalização” e com a reestruturação concomitante das geografias pretéritas da acumulação de capital, da regulação estatal, da urbanização, da reprodução social e da luta sociopolítica<sup>3</sup>.

Inicialmente, em conjunto com os estudos acerca das divisões espaciais do trabalho e da reestruturação econômica local e regional nos anos 80, as visões recebidas do lugar enquanto unidade fixa, zonal, circunscrita [*self-contained*] e mais ou menos singular de organização socioespacial foram rejeitadas. Em vez disso, os lugares eram cada vez mais entendidos como relacionalmente constituídos, como processos polivalentes incorporados em conjuntos mais amplos de relações sociais. (CRESWELL, 2004; HUDSON, 2002; MASSEY, 1984; 1994).

A atenção voltou-se, então, para o pressuposto implícito de que a territorialização do poder político foi estabelecida no interior das fronteiras nacionais pelos estados nacionais e também serviu para definir as sociedades como nacionalmente delimitadas. Isso se refletiu no interesse crescente, desde o fim dos anos 80, na afirmação, agora corriqueira, de que o nexos westphaliano entre território nacional e soberania nacional está sujeito a um “desacoplamento” [*unbundling*] (AGNEW; CORBRIDGE, 1994; TAYLOR, 1994). Discussões controversas, mas produtivas acerca das territorialidades – e, de modo mais geral, espacialidades – cambiantes da formação estatal [*statehood*] se seguiram (BRENNER et al, 2003).

A década de 90 testemunhou uma virada mais controversa para a escala, provocada por esforços para decifrar como as relações globais, nacionais, regionais e locais pretéritas estavam sendo recalibradas através da reestruturação capitalista e do recuo do Estado. Discutiui-se os processos (potencialmente complicados e não-convergentes) de produção da escala e de salto escalar, bem como seus impactos sobre a (re)diferenciação hierárquica entre várias formas interligadas de organização socioespacial, tais como as economias capitalistas, as instituições do estado, os regimes de cidadania e os sistemas urbanos (COLLINGE, 1999; SMITH, 1995; SWYNGEDOUW, 1997). Isso ajudou

<sup>1</sup> Este artigo é fruto de muitos anos de discussões intermitentes, e às vezes intensas, entre os autores, começando no congresso IBG/Royal Geographical Society, em Brighton, Inglaterra. Partindo de uma convergência inicial acerca da necessidade de uma virada escalar e de uma economia política da escala, gradualmente passamos a reconhecer as limitações de uma virada socioespacial tão aguda e a necessidade de uma abordagem multidimensional das relações socioespaciais.

<sup>2</sup> Sobre as metáforas em geral sobre o debate da escala em particular, ver Howitt (1998).

<sup>3</sup> Para uma revisão das abordagens espacializadas sobre estas questões desde os anos 1980, ver Cox (1997), Dear e Scott (1981), Gregory e Urry (1985), Lee e Wills (1997) e Wolch e Dear (1989).

a gerar um novo termo de escala geográfica com o qual os estudiosos pudessem investigar diversos processos de reescala e de práticas de *scale-jumping* em uma perspectiva histórica e contemporânea (KEIL; MAHON, 2008; SHEPPARD; McMASTER, 2004).

Mais recentemente, os estudiosos vêm focando sua atenção nas redes, enfatizando as formas transversais e "rizomáticas" de interconectividade interespaial (AMIN, 2002; CASTELLS, 1996; TAYLOR, 2004). A pesquisa sobre as geografias das redes se tornou sólida em vários campos da pesquisa social, com referência específica em investigações, por exemplo, sobre cadeias produtivas, interdependências empresariais, sistemas de governança, relações interurbanas e movimentos sociais (GRAHBER, 2006). Isso contribuiu para um amplo debate teórico com relação à conceituação de geografias de redes emergentes e suas relações com formações territoriais, locais e escalares herdadas (AMIN, 2004; MARSTON et al, 2005).

Em parte, a sucessão de debates relativamente distintos sobre território, lugar, escala e redes reflete as diferenças de objeto de pesquisa, as mudanças em sua relativa importância nos diferentes campos de pesquisa e contextos históricos e, até certo ponto, as modas intelectuais. Embora reconheçamos isso, é surpreendente, a partir da nossa perspectiva atual, o quanto o trabalho na teoria socioespacial está preocupado com o refinamento e a aplicação de ferramentas conceituais associadas com uma ou outra "virada", em vez de explorar as relações mutuamente constitutivas entre essas categorias e seus respectivos objetos empíricos. Como observamos anteriormente, as quatro vertentes da pesquisa socioespacial têm-se esforçado em questionar premissas geográficas recebidas e irrefletidas, em criticar as viradas espaciais anteriores ou em decifrar grandes transformações estruturais e reorientações estratégicas das geografias econômicas, políticas e socioculturais. Entretanto, os defensores de uma dada virada são frequentemente tentados a focar em uma única dimensão das relações espaciais, negligenciando o papel de outras formas de organização socioespacial como pressupostos, arenas e produtos de ação social. Pior ainda, alguns estudiosos privilegiam ontologicamente uma dimensão singular, apresentando-a como a característica essencial de uma paisagem socioespacial (atual ou histórica). Em muitos casos, isto superontologiza questões que são mais bem resolvidas em termos mais concretos e complexos. Tais tentativas de estabelecer a primazia de uma dada dimensão socioespacial tendem a expandir seu escopo analítico e empírico ao envolver uma variedade de fenômenos cada vez maior. As abstrações cuidadosamente definidas de território, lugar, escala e rede vão se tornando cada vez mais imprecisas, e podem

se tornar conceitos caóticos<sup>4</sup>.

O unidimensionalismo é evidente nos quatro termos socioespaciais em formas e níveis diferentes. Cada um cai na armadilha de fundir uma parte (território, lugar, escala ou redes) com o todo (a totalidade da organização socioespacial), seja devido à imprecisão conceitual, a um foco de análise excessivamente limitado ou à abrangência de um (quase) reducionismo ontológico insustentável. Essa armadilha é notoriamente presente no *territorialismo metodológico*, que subsume todos os aspectos das relações socioespaciais sob a rubrica da territorialidade. Isso é manifestado, por exemplo, em abordagens "estadocêntricas" para os estudos de globalização e em entendimentos territorialistas limitados sobre cidades, estados e economia mundial (para uma visão crítica, ver BRENNER, 2004; WIMMER; GLICK SCHILLER, 2002). Uma falácia equivalente é o *lugar-centrismo*, que trata o lugar como conjuntos distintos, mais ou menos independentes, mais ou menos idênticos de relações socioecológicas, e/ou entende as relações socioespaciais principalmente por meio do termo "lugar". Deixa-se de considerar, assim, como os processos de produção do lugar são constitutivamente ligados com as dimensões territoriais, escalares e reticulares das relações socioespaciais (para uma visão crítica, ver MASSEY, 1994). Ao mesmo tempo, o *escala-centrismo* [*scale-centrism*] trata a escala como a base primária em torno da qual outras dimensões de relações socioespaciais são organizadas ou, alternativamente, foca-se unilateralmente na escala, mesmo dentro do contexto de análises que buscam ampliar e complexificar esse contexto particular (veja, por exemplo, MARSTON, 2000; MARSTON; SMITH, 2001; para uma visão crítica, ver BRENNER, 2001). Por fim, o *rede-centrismo* [*network-centrism*] traz um foco unilateral nas interconexões horizontais, rizomáticas, topológicas e transversais das redes, espaços sem fricção e mobilidades em aceleração (CASTELLS, 1996; SELLER; URRY, 2006). Evidentemente, as redes, os fluxos e as mobilidades são importantes e podem ter se tornado ainda mais importantes durante as últimas três décadas de reestruturação. Ainda assim, isso não justificaria a adoção de uma "ontologia plana" como a base exclusiva para as investigações socioespaciais (JONES et al., 2007; MARSTON et al., 2005).

Para nós, a teoria socioespacial é mais contundente quando (a) se refere às geografias historicamente específicas das relações sociais; e (b) explora a variação contextual e histórica no acoplamento estrutural, na coordenação estratégica e nas formas de interconexões entre as diferentes dimensões das últimas (BRENNER, 2008; JESSOP, 2008; JONES; MacLEOD, 2004; MacLEOD;

<sup>4</sup> Sayer (1992, p. 138) define a diferença entre abstrações racionais e 'más abstrações' ou conceitos caóticos da seguinte forma: "Uma abstração racional é aquela que isola um elemento decisivo do mundo que tem alguma unidade e força autônoma, como uma estrutura. Uma abstração ruim divide arbitrariamente o indivisível e/ou mescla aquilo que não tem relação ou é desimportante, de tal forma 'formatando' o objeto de estudo com pouca ou nenhuma atenção à sua estrutura e forma".

JONES, 2007). Focar em uma só dimensão pode ser justificado como um *ponto de partida simples* para uma *investigação mais complexa*, mas tal enfoque exige uma atenção reflexiva para combinar diferentes dimensões da análise socioespacial com outras características do objeto de pesquisa em questão. Na verdade, à medida que o pesquisador se move cada vez mais em direção a uma “descrição densa” e/ou tenta dar explicações espacialmente orientadas para fenômenos mais concretos – e complexos –, as análises devem envolver articulações dinâmicas de, pelo menos, duas ou mais dimensões dentre as quatro.

O reconhecimento disso ganha expressão em duas contratendências teóricas e metodológicas que surgiram às margens dos recentes debates socioespaciais e que co-meçaram a ganhar mais destaque. Primeiramente, uma série de estudiosos começaram a investigar ativa e reflexivamente duas ou mais dimensões das relações socioespaciais. Exemplos dessa tendência incluem: as análises de Sheppard (2002) de posicionalidade dentro de lugares, escalas e redes sob condições de globalização; a demonstração de Dicken et al. (2001) de que as cadeias produtivas globais e as redes interempresariais são simultaneamente escalonadas [*scaled*] e territorializadas; a consideração de Paasi (2002) sobre como as identidades regionais são institucionalizadas através de interação entre produção do lugar, produção da escala e processos de territorialização; e a investigação de Bulkeley (2005) sobre governança ambiental como um conjunto de estratégias de escala e de rede. Além disso, há um aumento no uso de neologismos que sugerem a imbricação mútua de duas ou mais dimensões socioespaciais. Exemplos incluem: glocalização, glurbanização, neomedievalismo, redes territoriais, lugares escalonados [*scaled places*], regiões virtuais, cidades polinucleadas,

soberania graduada, estados em redes, governança em multinível, cidades globais hierarquizadas, “enclaves locais em rede” (BUNNELL; COE, 2005, p. 834), e “uma rede-arquipélago de grandes polos” (VELTZ 1996, p. 6). Essas contratendências assumem o desafio de desenvolver análises complexo-concretas que estejam sintonizadas sistemática e reflexivamente à polimorfia de relações socioespaciais.

### A estrutura TLER

Nosso ponto de partida para teorizar a polimorfia nas relações socioespaciais é uma perspectiva heurística que, devido ao seu foco no território (T), no lugar (L), na escala (E) e nas redes (R), deve ser chamada de estrutura TLER. Essas quatro dimensões espaciais de relações sociais não são as únicas (nem as mais importantes), mas elas são indiscutivelmente as mais notáveis no trabalho sobre a reestruturação político-econômica contemporânea<sup>5</sup>. Por si só, a adoção dessa perspectiva heurística não resolve os problemas associados com o unidimensionalismo – isso é apenas o primeiro passo para confrontá-los. A tabela 1 apresenta os princípios associados a cada dimensão da relação socioespacial e especifica suas consequências para a estruturação dessas relações.

A tabela serve principalmente para propósitos pedagógicos e de definição. A tabela 2 indica como o unidimensionalismo surge a partir da adoção de um ponto de partida simples – e abstrato – e como continua, a partir de fusão, essencialismo ou fetichismo, restrito a esse aspecto. Assim, por mais concreta que a análise tenha se tornado, a mesma se mantém confinada em uma estrutura unidimensional.

Tabela 1: Quatro dimensões fundamentais de relações socioespaciais.

Dimensão das relações socioespaciais	Princípio da estruturação socioespacial	Padrão associado das relações socioespaciais
Território	Definição de fronteiras [ <i>bordering</i> ], delimitação, parcelização, fechamento	Construção da divisão do interior/exterior; papel constitutivo de “exterior”.
Lugar	Proximidade, enraizamento espacial, diferenciação de área.	Construção de divisões espaciais de trabalho; diferenciação das relações sociais de forma horizontal entre lugares “centrais” x lugares “periféricos”

<sup>5</sup>Outros dois candidatos para inclusão nessa lista podem ser o meio ambiente (ou a natureza) e, como indicado por Sheppard (2002), a “posicionalidade”.

Escala	Hierarquização, diferenciação vertical	Construção de divisões escalares do trabalho; diferenciação vertical de relações sociais entre escalas "dominante", "nodal" e "marginal".
Redes/ reticulação	Interconectividade; interdependência, diferenciação transversal ou "rizomática".	Construir redes de conectividade nodal; diferenciação de relações sociais entre pontos nodais no âmbito de redes topológicas

Tais problemas podem ser evitados através de investigações mais sistemáticas e reflexivas acerca das interconexões entre as dimensões espaciais das relações sociais anteriormente mencionadas – isto é, as relações mutuamente constitutivas entre seus respectivos princípios estruturantes e as práticas específicas associadas com cada uma destes últimos. Isso poderia possibilitar um movimento em direção a uma descrição multidimensional e polimórfica baseada: (a) na elaboração de conceitos suficientemente ricos para cada uma das dimensões das relações socioespaciais; e (b) na aplicação destes conceitos de tal maneira que permita aos pesquisadores explorar mais precisamente suas relevâncias e articulações diferenciais em um dado contexto espaço-temporal. O insucesso ao buscar essa estratégia pode levar a dois tipos distintos, porém simétricos, de quase-redução a análises unidimensionais. Ambos os tipos ocorrem quando a estrutura conceitual e teórica para explorar um aspecto de um fenômeno complexo tem maior precisão, profundidade e amplitude do que as estruturas desenvolvidas para lidar com outros aspectos.

No primeiro tipo, o poder descritivo e explicativo relativo da estrutura mais diferenciada e abrangente neutraliza um interesse apropriado por detalhes e mecanismos ligados a outras dimensões. Nessa situação, até mesmo quando estudiosos reconhecem duas ou mais dimensões de relações espaciais, eles não têm as ferramentas teóricas e empíricas necessárias para examinar suas respectivas contribuições para um determinado objeto de investigação. O segundo tipo de erro ocorre quando o caráter unidimensional de uma análise socioespacial compromete a compreensão até mesmo daquele aspecto das relações socioespaciais que é mais diferenciado e integralmente elaborado. Nesses casos, as complexidades dessa dimensão são reduzidas a mero detalhe ou mediações de uma dimensão menos especificada<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> A análise de Harvey (2003) sobre o imperialismo ilustra esse problema: visto que sua análise da lógica territorial do Estado não é suficientemente rica do ponto de vista conceitual, a lógica espacial do capitalismo fornece explicações muito mais

Ambos os tipos de unidimensionalismo são questionáveis do ponto de vista teórico. Embora não possa haver, como alguns teóricos socioespaciais contemporâneos têm muito adequadamente observado, uma perspectiva superior e neutra sobre a dinâmica social, essa afirmação não impede – e, na verdade, até ressalta – a necessidade de um desenvolvimento de vocabulários apropriadamente ricos – e comensuráveis – para cada uma das quatro dimensões das relações socioespaciais. Isso também ressalta a importância do desenvolvimento de categorias mais complexas, refletindo diferentes tipos de articulação e desarticulação entre as quatro dimensões, com o objetivo de produzir descrições densas e mais explicações concreto-complexas para determinados objetos de pesquisa<sup>7</sup>.

Essa é uma meta de perfeição que requer um movimento em espiral que consiste em passar de um para outro momento da espacialidade das relações sociais, colocando-os sucessivamente em relevo. Sendo assim, os pesquisadores poderiam explorar o mundo social a partir de diferentes pontos de partida e ainda assim atingir análises complexo-concretas nas quais cada momento encontra seu peso descritivo-explicativo apropriado (para fundamentações metodológicas, ver BERTRAMSEN et al., 1991, p. 122-141; JESSOP, 2007, p. 225-233; SAYER, 2000, p. 86-96, 108-130). O movimento em espiral a partir do abstrato (simples) para o concreto (complexo) também precisa considerar a lógica e a dinâmica das combinações historicamente praticáveis de TLER entendidas em referência às: (a) paisagens de território, lugar, escala e redes herdadas de relações socioespaciais anteriores; e (b) estratégias emergentes orientadas para a transformação de tais paisagens – seja através de novas formas de territorialização, produção do lugar, produção da escala [*scaling*] e

fortes. A esta se contrapõe uma crua explicação geopolítica do imperialismo em termos de motivações políticas ou do expansionismo dos estados ou dos gestores do estado enquanto sujeitos (JESSOP, 2006).

<sup>7</sup> Essa sugestão não requer um número igual de conceitos para cada dimensão – isso implicaria um fetichismo numérico com conceitos. Na verdade, reivindica-se uma ampla gama de conceitos, de diferentes graus de abstração-concretude e simplicidade-complexidade, que possam decifrar a polimorfia das relações socioespaciais.

Tabela 2: Os locais do unidimensionalismo.

Ponto de partida simples (e abstrato)	Área de aplicação			
	Território	Lugar	Escala	Redes
Território	Territorialismo metodológico			
Lugar		Lugar-centrismo		
Escala			Escala-centrismo	
Rede				Rede-centrismo

formação de redes, ou através de novas combinações das dimensões. Resumindo, a realização de possibilidades socioespaciais específicas em qualquer combinação TLER envolve interações materiais entre diferentes estruturas e estratégias que se baseiam nesses princípios de organização socioespacial de forma diferencial, histórica e geograficamente específica. Esse processo de estruturação impõe determinados limites à forma, feição e trajetória das combinações TLER presentes e futuras, bem como às relações socioespaciais através das quais estas combinações são mediadas, produzidas e transformadas. Nossa abordagem também rejeita qualquer harmonização prematura de contradições e conflitos através da postulação de uma configuração bem ordenada e permanentemente reproduzível das relações socioespaciais. Ao invés disso, nossa abordagem enfatiza a importância das contradições, conflitos, dilemas, marginalização, exclusão e volatilidade, simultaneamente no interior e entre cada uma dessas formas socioespaciais.

#### Uma abordagem estratégica-relacional às configurações TLER

Essas considerações baseiam-se, ao mesmo tempo que estendem, a abordagem estratégico-relacional (AER) (em inglês *strategic-relational approach* – SRA) que fundamentou muitos dos nossos trabalhos anteriores (sobre

isso, ver JESSOP, 2001; 2007). Assentada na perspectiva da regulação e em uma teoria do Estado, a AER salienta: (a) as contradições, os dilemas e os conflitos que caracterizam as formações sociais capitalistas em períodos, estágios e conjecturas específicas; e (b) as tentativas de resolver ou, pelo menos, afastar essas contradições e, então, regularizar e governar a acumulação de capital e a dominação política (JESSOP; SUM, 2006). Na última década, a AER foi aplicada na análise de várias formas de reestruturação socioespacial e algumas de suas categorias fundacionais foram especializadas – tais como a seletividade estratégica, estratégias de acumulação, projetos estatais, estratégias de estado e projetos hegemônicos (BRENNER, 2004; JESSOP, 2001; JONES, 1997; MacLEOD, 2001; MacLEOD; GODWIN, 1999). A partir desse ponto de vista, as relações socioespaciais devem ser consideradas em termos de uma dialética dependente da trajetória [*path-dependent*] e produtora da trajetória [*path-shaping*], de restrições estruturais estrategicamente seletivas e de ações estratégicas estruturalmente sintonizadas. Um conceito estratégico aqui é a “ajuste espaço-temporal” (JESSOP, 2006), que se apóia em trabalhos anteriores sobre ajustes espaciais e ajustes escalares (HARVEY, 1982; SMITH, 1995). A discussão precedente realizou esforços para espacializar a AER ao destacar a importância de: (a) incluir todas as quatro princípios estruturantes e suas estratégias associadas e práticas na análise de tais ajustes, e (b) explorar suas combinações histórica

e geograficamente específicas – com algumas combinações sendo mais importantes do que outras na segurança do ajuste (por exemplo, pelo deslocamento ou protelamento de contradições e tendências à crise). Também queremos encorajar uma investigação mais sistemática de como as relações socioespaciais – entendidas como conjuntos de TLER estrategicamente seletivos – interagem em contextos histórico-geográficos específicos para produzir ordenações e reordenações singulares da paisagem socioespacial, incluindo novas geografias de acumulação, poder de Estado e hegemonia.

A tabela 3 traz uma orientação conceitual inicial para tal investigação; a tabela apresenta algumas coordenadas de análise associadas à estrutura TLER em vez de aplicações concretas da última. Dezesesseis células foram geradas por meio da análise cruzada de cada dimensão socioespacial considerada como um princípio estruturante com todas as quatro dimensões socioespaciais consideradas como campos de operação desse princípio estruturante. Essa matriz indica que o princípio estruturante não se aplica apenas a eles mesmos – o caminho para formas mutuamente isoladas de unidimensionalismo – e que conceitos mais complexos podem ser desenvolvidos ao considerar a maneira como diferentes princípios estruturantes afetam outros campos das relações socioespaciais.

Tabela 3: Além do unidimensionalismo: orientações conceituais.

Princípios estruturantes	Campos de operação			
	Território	Lugar	Escala	Rede
Território	Fronteiras e limites passados, presentes e emergentes	Lugares singulares em um dado território	Governo multinível	Sistema interestatal, alianças estaduais, governo multi-área
Lugar	Centro-periferia, regiões fronteiriças, impérios, neo-medievalismo	Locais, <i>milieux</i> , cidades, sítios, regiões, localidades, globalidades	Divisão de trabalho conectado a lugares diferentemente escalados	Governança local/urbana, parcerias
Escala	Divisão escalar de poder político (estado unitário, estado federal, etc)	Escala como área em vez de nível (da local até a global), divisão espacial de trabalho (boneca russa)	Ontologia vertical baseada em hierarquias encaixadas ou entrelaçadas	Redes de poder paralelo, regimes internacionais não-governamentais
Redes	Origem - borda, efeito cascata (radiação), esticamentos e dobraduras, região transfronteiriça, sistema interestatal	Redes de cidades globais, cidades polinucleadas, locais entrelaçados.	Ontologia plana com diversos pontos de entrada a-escalares	Redes de redes, espaços de fluxos, rizoma

Esta tabela não deve ser vista como o produto de uma insensatez taxonômica ou como um exercício formalístico de preencher células – ela tem propósito heurístico definido. Mais especialmente, cada conceito socioespacial pode ser dividido de três formas dentro dessa matriz. Por exemplo, o território pode ser explorado:

- Por si mesmo como produto de estratégias fronteiriças (território → território)
- Como princípio estruturante (ou mecanismo causal) que afeta outros campos das relações socioespaciais (lendo a matriz horizontalmente, portanto: território → lugar; território → escala; território → rede), e;
- Como campo estruturado, produzido em parte por meio do impacto de outro princípio de estruturação socioespacial sobre a dinâmica territorial (agora, lendo a matriz verticalmente, focando na coluna “território” e considerando as ligações entre: lugar → território; escala → território e rede → território).

Reconhecer os vários caminhos em que as quatro dimensões de relações socioespaciais podem ser analisadas em termos auto-referenciais e em termos de suas interações é crucial para evitar análises unilaterais e reducionistas. Além disso, de acordo com uma AER espacializada, as várias interações entre as dimensões descritas na tabela 3 podem ser compreendidas como expressão de diversas tentativas de coordenação estratégica e conexão estrutural dentro de contextos espaço-temporais específicos (Jessop, 2001). Argumentar o contrário – tratando as dimensões como existentes fora de sua produção na e através da ação social – implicaria o risco de cair em novas formas de estruturalismo, funcionalismo ou fetichismo socioespacial.<sup>8</sup>

Os conceitos incluídos em cada célula são meramente ilustrativos e, de modo algum, esgotam as possibilidades de análise. Convidamos os leitores a incluir outros exemplos e examinar esses já inclusos. O propósito heurístico maior por trás da tabela 3 é o de encorajar o debate a respeito de quais estratégias metodológicas devem ser apropriadas para investigar a polimorfia das relações socioespaciais.

Transcender o unidimensionalismo nada mais é do que um primeiro passo em direção ao desenvolvimento de um modo genuinamente polimórfico de análise socioespacial. As tabelas 2 e 3 continuam obstinadamente bidimensionais e uma abordagem verdadeiramente polimórfica deve superar essa limitação. Seria necessário

<sup>8</sup> Sayer adverte contra a abstração das relações espaciais de suas relações substantivas, atribuindo, assim, poderes causais ao espaço (ou algumas das suas características como geometria, distância, localização, movimento) independentemente dos poderes causais das relações substantivas subjacentes a esses atributos. Tais procedimentos, sugere Sayer, levam ao fetichismo espacial (2000, p. 109 – 121). De fato, é devido à nossa preocupação em evitar o fetichismo espacial que, ao longo deste artigo, temos evitado a terminologia padrão de “espacialidade” e “socioespacialidade”. Fundamentos teóricos para essa conceitualização relacional são elaboradas em muitas importantes vertentes de análise socioespacial, incluindo Sayer (2000) com seu realismo crítico, Massey (2005) e sua análise do espaço como uma forma de

também especificar mais explicitamente os modos histórica e geograficamente específicos e estrategicamente seletivos de territorialização, de produção do lugar, de produção da escala e de produção de redes subjacentes às paisagens geograficamente concreto-complexas no âmbito das quais determinadas combinações TLER emergem.

Assim, as três tabelas acima servem principalmente para indicar a direção geral do nosso pensamento em vez de apresentar uma descrição polimórfica de conceitos e métodos em questão. Conforme indicado, conceitos tridimensionais já existem e muitos trabalhos a respeito das relações socioespaciais estão sendo realizados no momento utilizando perspectivas tridimensionais. Conceitos e métodos quadridimensionais também poderiam ser desenvolvidos, embora suas representações diagramáticas e operacionalizações práticas continuem sendo sérios desafios.

### Buscando uma agenda de pesquisa TLER

Os nossos argumentos são primariamente direcionados aos esclarecimentos conceituais. Embora eles sejam inicialmente motivados pelos debates recentes em torno da “virada escalar”, nossa intenção é de intervir em discussões mais amplas a respeito das relações socioespaciais. No mínimo, esperamos estabelecer que (a) as análises unidimensionais são enganosas e improdutivas; e (b) que pensar em termos multidimensionais pode ajudar a esclarecer debates contemporâneos no âmbito da teoria socioespacial (por exemplo, sobre as possibilidades e limites de “escala” ou “rede” enquanto conceitos geográficos), bem como revelar o poder heurístico dos métodos polimórficos de análise. No entanto, também acreditamos, com base nas nossas pesquisas prévias e naquelas em andamento, que a estrutura TLER pode ser utilizada para gerar análises precisas, substanciais e substantivas de algumas das “grandes questões” da economia geopolítica.

Por exemplo, podemos asseverar que a abordagem TLER tem implicações significativas para análise, e especialmente, para periodização das geografias históricas do desenvolvimento capitalista. Isso sugere: (a) que a importância relativa de território, lugar, escala e redes como princípios estruturantes para as relações socioespaciais varia de acordo com os diferentes tipos de ajuste espaço-temporal (em outras palavras, seus papéis relativos em assegurar a coerência global das relações espaço-temporais no capitalismo e em outras formações sociais podem variar histórica e contextualmente); (b) que as crises de acumulação e regulação podem ser exploradas como uma disjunção crescente entre manifestações institucionais historicamente específicas

“emergência” e a investigação de Lefebvre (1991 [1974]) da “produção” do espaço.

dessas quatro dimensões socioespaciais enquanto fundamento da coerência estrutural do capitalismo; (c) que as estratégias de resolução de crise implicam tentativas de reordenar a importância relativa das quatro dimensões e suas expressões institucionais associadas em relação aos circuitos do capital e dos modos de regulação; e (d) que as crises, as tentativas de resolução de crises e a emergência de novos ajustes espaço-temporais podem estar associadas com mudanças em referências socioespaciais fundamentais, em estruturas organizacionais e em estratégias para projetos contra-hegemônicos.

A partir deste ponto de vista, muitos dos nossos trabalhos individuais e colaborativos feitos anteriormente, bem como muitos outros escritos sobre a economia geopolítica, podem ser reinterpretados como uma demonstração de como o território, lugar, escala e redes foram suturados em configurações geográfica e historicamente específicas para forjar o ajuste espaço-temporal fordista-keynesiano, e que, depois de um período de buscas por tentativa e erro, experimentações e contestações, novas combinações de TLER parecem estar emergindo, mais apropriadas para uma economia global, pós-nacional, caracterizada pelo desenvolvimento desigual. Se essas novas combinações TLER emergentes poderão ou irão se consolidar da mesma forma que o ajuste espaço-temporal dominante associado ao fordismo atlântico, bem como se elas encontrarão formas mais efetivas de resistência, são assuntos para futuras pesquisas teóricas e empíricas.

De maneira similar, poderíamos sugerir que o esquema TLER pode informar produtivamente o campo da "política de contestação" [*contentious politics*], que examina diferentes formas de contestação, resistência, mobilização e lutas "de baixo", independentemente de suas bases sociais, identidades, interesses ou objetivos. O interesse nas geografias do conflito tem-se intensificado nos últimos anos, à medida que as categorias e métodos espacializados foram integrados mais sistematicamente aos estudos de mobilização social. (LEITNER *et al.*, 2008; MILLER, 2000; ROUTLEDGE, 2003; SEWELL, 2001; TILLY, 2000). Neste campo de pesquisa emergente, o esquema TLER pode ter pelo menos três tipos de aplicação.

Primeiramente, ele pode ser empregado para classificar diferentes explicações sociocientíficas de políticas de contestação. Se a matriz apresentada nas tabelas 2 e 3 for utilizada, sobressaem os limites de vários tipos de análises unidimensionais que tem sido desenvolvidas nesse campo. Os exemplos incluem: (a) a celebração do nomadismo (DELEUZE; GUATTARI, 1987) como forma exemplar de resistência desterritorializada do poder territorializante e reterritorializante do Estado (território → território); (b) a concepção de "Multitude" (HARDT; NEGRI, 2000) como uma força de rede oposta

ao espaço plano ontológico supostamente formado pelo Império (rede → rede); (c) a redução da política de contestação às estratégias de salto escalar em uma ordem escalar hierárquica (criticada por MARSTON, 2000) sem consideração à polimorfia socioespacial que tal política geralmente engendra (escala → escala), e (d) descrições de lutas sociais em termos exclusivamente localistas (lugar → lugar) (criticado por ESCOBAR, 2001; PURCELL, 2006). Essa estratégia analítica pode, então, ser estendida para cobrir outras análises de lugares, estratégias ou objetivos socioespaciais que envolvem duas ou mais dimensões de relações socioespaciais, o que eventualmente levará a análises ainda mais sofisticadas, tridimensionais ou até quadridimensionais, como aquela recentemente apresentada por Leitner *et al.* (2008) sobre a Immigrant Workers' Freedom Ride. Desta maneira, o esquema TLER pode trazer orientação metodológica para aqueles que procuram desenvolver categorias geográficas mais adequadas para a investigação de políticas de contestação.

Uma segunda aplicação para o esquema TLER nesse campo inclui seu uso para decifrar as estratégias e táticas de agentes individuais e coletivos, organizações e instituições que estão engajadas em políticas de contestação, como eles a percebem enquanto participantes. Dessa forma, o esquema TLER pode dar base para decifrar os espaços variegados e polimórficos de contestação que são produzidos através de diferentes tipos de mobilização social em diferentes contextos histórico-geográficos. Além disso, e em terceiro lugar, o esquema pode ser empregado para colocar novas questões em relação à ação recíproca entre os espaços de política de contestação e a periodização geohistórica da acumulação de capital e poder de estado pois, dada a ênfase na dialética dependente e produtora da trajetória [*path-dependent and path-shaping*] no âmbito da AER espacializada, podemos esperar que a relativa importância e efetividade de diferentes geografias de políticas de contestação estejam interligadas de modo sistemático com configurações evolutivas da TLER associadas às territorialidades históricas mutantes do capitalismo e do Estado, suas tendências à crise e suas contradições. Apresentamos essas ideias mais como um estímulo para futuras pesquisas na área da economia política geográfica do que como hipóteses completamente elaboradas ou conclusões definitivas.

## Conclusão

Há quase duas décadas atrás, Soja (1989) declarou a "reafirmação do espaço na teoria social crítica". Nossas reflexões atuais sugerem uma reinterpretação dessa declaração. Primeiramente, argumentamos que

premissas espaciais sempre estiveram presentes nas ciências sociais, mas que nas últimas décadas, tem-se testemunhado um engajamento mais crítico e reflexivo sobre tais premissas e suas implicações metodológicas. Em segundo lugar, sugerimos que esse engajamento não focou nas relações socioespaciais em si, e sim em uma sucessão de dimensões relacionadas, porém distintas, incluindo território, lugar, escala e redes, cada uma delas sendo adotada como ponto focal da teoria socioespacial. Terceiro, embora reconheçamos as contribuições significativas de tais análises, argumentamos que muitas delas têm foco muito restrito e negligenciaram a exploração das interconexões entre as várias dimensões das relações socioespaciais, levando a várias insuficiências teóricas, riscos metodológicos e pontos cegos empíricos. Por fim, propusemos diversos conceitos e procedimentos analíticos através dos quais uma análise polimórfica e estratégico-relacional dos processos socioespaciais pode ser efetuada.

No presente contexto, não tentamos aplicar nossa abordagem, muito menos ditar um tipo específico de programa de pesquisa. No entanto, acreditamos que o esquema TLER pode se provar produtivo, não apenas para o aprofundamento da teoria socioespacial, mas também, e de forma mais importante, para a análise das transformações tanto históricas quanto contemporâneas das relações socioespaciais. Nos nossos futuros trabalhos, por exemplo, utilizaremos essa estrutura para reconceituar problemas como a questão urbana; a questão regional; o desenvolvimento espacial desigual; a reestruturação espacial do Estado; os ajustes espaço-temporais; as especificidades socioespaciais da União Europeia; e a da metagovernança multiescalar.

## Agradecimentos

Gostaríamos de reconhecer particularmente o papel de Gordon MacLeod em dar forma aos argumentos apresentados neste ensaio. Através de seu engajamento constante, desde a sua concepção em 2000 até hoje, tanto como co-autor de estudos anteriores como interlocutor comprometido e crítico, ele contribuiu significativamente para o projeto mais amplo a partir do qual o presente trabalho surgiu. Além disso, gostaríamos de agradecer a Yuri Kazepov, da Universidade de Urbino, na Itália, e a Rob Kitchin e Sean O'Riain, da Universidade Nacional da Irlanda, em Maynooth, por nos receber em suas instituições em agosto de 2005 e em maio de 2006, respectivamente. Martin Jones gostaria de agradecer à bolsa Leverhulme pelo financiamento da pesquisa através do prêmio Philip Leverhulme.

## Referências

- AGNEW, J. CORBRIDGE, S. (1994). *Mastering space*. Londres: Routledge.
- AMIN, A. (2002). Spatialities of globalisation. *Environment and planning v. 34 p. 385-399*.
- AMIN, A. (2004). Regions unbound, towards a new politics of place. *Geografiska An-naler. V. 86 p. 33-44*.
- BERTRAMSEN, R. B. THOMSEN, J. P. F. TORFING, J. (1991). *State, economy, and society*. Londres: Unwin Hyman.
- BRENNER, N. The limits to scale? Methodological reflections on scalar structu-ration. *Progress in human geography. v. 15 p. 525-548*.
- BRENNER, N. (2004). *New state spaces: urban governance and the rescaling of state-hood*. Oxford: Oxford University Press.
- BRENNER, N. (2008). *A thousand leaves: notes on the geographies of uneven spatial development. Leviathan undone? towards a political economy of scale*. Vancouver: University of British Columbia.
- BRENNER, N.; JESSOP, B.; JONES, M.; MACLEOD, G. (2003). *State/space: a read-er*. Oxford: Blackwell.
- BULKELEY, H. (2005). Reconfiguring environmental governance: towards a politics of scales and networks. *Political geography, v. 24, p. 875-902*.
- BUNNELL, T.; COE, N.; (2005). Re-fragmenting the "political": globalization, gov-ernmentality and Malaysia's multime-dia super corridor. *Political geography, v. 24, p. 831-849*.
- CASTELLS, M. (1996). *The rise of the network society*. Oxford: Blackwell.
- COLLINGE, C. Self-organisation of society by scale: a spatial reworking of regulation theory. *Environment and planning D: society and space. v. 17, p. 557-574*.
- COX, K. (1997). *Spaces of globalization*. New York: Guilford Press.
- CRESSWELL, T. (2004). *Place: a short introduction*. Oxford: Blackwell.
- DEAR, M.; SCOTT, A. J.; (1981). *Urbanization and urban planning in capitalist society*. Londres: Methuen.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (1987). *A thousand plateaus: capitalism and schizo-phrenia*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- DICKEN, P.; KELLY, P.; OLDS, K.; YEUNG, H. W. C. (2001). Chains and networks, territories and scales, towards a relation-al framework for analysing the global economy. *Global networks, v. 1, p. 89-112*.
- ESCOBAR, A. Culture sits in places, reflections on globalism and subaltern strategies of localization. *Political geogra-phy. v. 20, p. 139-174*.
- GRABHER, G. Trading routes, bypasses and risky intersections mapping the travels of 'networks' between economic sociology and economic geography. *Progress in human geography, v. 30. 1-27*.
- GREGORY, D.; URRY, J. *Social relations and spatial structures*. Basingstoke, Hants, Palgrave Macmillan. 1985.
- HARDT, M.; NEGRI, (2000). *A. Empire*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- HARVEY, D. (1982). *The limits to capital*. Oxford: Basil Blackwell.
- HARVEY, D. (2003). *The new imperialism*. Oxford: Oxford university press.
- HOWITT, R. (1998). Scale as relation: musical metaphors of geographical scale. *Area. v. 30, p. 49-58*.
- HUDSON, R. (2002). *Producing places*. New York: Guilford Press.
- JESSOP, B. (2002). Institutional re(turns) and the strategic-relational approach. *Environment and planning. V. 33, p. 1213-1235*.
- JESSOP, B. (2006). *Spatial fixes, temporal fixes and spatio-temporal fixes, David Harvey: a critical reader*. Oxford: Blackwell. Pp. 142-166.
- JESSOP, B. (2007). *State power. A strategicrelational approach*. Cambridge, Polity press.
- JESSOP, B. (2008). *Avoiding traps, rescaling the state, governing Europe. Leviathan undone? Towards a political econ-*

omy of scale. R. Keil, R. Mahon. Vancouver: University of British Columbia.

JESSOP, B.; SUM, N-L. (2006). *Beyond the regulation approach: putting capitalist economies in their place*. Glos: Cheltenham, Edward Elgar.

JONES, J. P. III; WOODWARD, K.; MARSTON, S. A. (2007). Situating flatness. *Transactions of the institute of british geographers, new series*. V. 32, pp. 264-276.

JONES, M. Spatial selectivity of the state? The regulationist enigma and the local struggles over economic governance. *Environment and planning*, v. 32, pp. 264-276.

JONES, M.; MACLEOD, G. Regional spaces, spaces of regionalism, territory, insurgent politics, and the English question. *Transactions of the institute of british geographers, new series*, v. 29, pp. 433-452

KEIL, R.; MAHON, R. (2008). *Leviathan undone? Towards a political economy of scale*. Vancouver: University of British Columbia Press.

LEE, R.; WILLS, J. (1997). *Geographies of economies*. Londres: Arnold.

LEFEBVRE, H. (1974). *The production of space translated by D Nicholson-Smith*. Oxford: Blackwell.

LEITNER, H.; SHEPPARD, E.; SZIARTO, K. M. (2008). The spatialities of contentious politics. *Transactions of the institute of british geographers, new series*. V. 33, pp. 157-172.

MACLEOD, G. (2001). New regionalism reconsidered, globalization, regulation and the recasting of political economic space. *International journal of urban and regional re-search*. V. 25, pp. 804-829.

MACLEOD, G.; GOODWIN, M. (2001). Space, scale and state strategy, rethinking urban and regional governance. *Progress in human geography* v. 23 pp. 503-527.

MACLEOD, G; JONES M, (2007). Territorial, scalar, networked, connected, in what sense a 'regional world? *Regional Studies*, v. 41 pp 1-15. 1999.

MARSTON, S. (2000). The social construction of scale. *Progress in human geography*, v. 24. Pp. 219-242.

MARSTON, S.; SMITH, N. (2001). States, scales and households, limits to scale? A response to Brenner. *Progress in human geography*, v. 25, pp. 615-629.

MARSTON, S.; JONES, J. P. III, WOODWARD, K. (2005). Human geography without scale. *Transactions of the institute of british geographers, new series*. v. 30, pp. 416-432.

MASSEY D. *Spatial divisions of labour*. (1984). Hants: Basingstoke, Macmillan education.

MASSEY D. (1994). *Space, place and gender*. Cambridge, Polity Press.

MASSEY D. (2005). *For space*. Londres: Sage.

MILLER, B. A. (2000). *Geography and social movements*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.

PAASI, A. (2002). Bounded spaces in the mobile world, deconstructing regional identity. *Tijdschrift voor economische en sociale geografie*. v. 93 pp. 137-148.

PAASI, A. (2004). Place and region, looking through the prism of scale. *Progress in human geography*, v. 28, pp. 536-546.

PURCELL, M. (2006). Urban democracy and the local trap. *Urban studies*, v. 43, pp. 1921-1941.

ROUTLEDGE, P. (2006). Convergence space, process geographies of grassroots globalization networks. *Transactions of the institute of British geographers, new series*, v. 28, pp. 333-349.

SAYER, A. (1992). *Method in social science*, 2nd edition. Londres: Routledge.

SAYER, A. (2000). *Realism and social science*. London: Sage.

SEWELL, J. W. (2001). *Space in contentious politics, in Silence and voice in contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press. Pp. 51-88.

SHELLER, M.; URRY, J. The new mobilities paradigm. *Environment and planning*, v. 38, pp. 207-226.

SHEPPARD, E. The spaces and times of globalization, place, scale, networks, and positionality. *Economic geography*, v. 78, pp. 307-330.

SHEPPARD, E.; MCMASTER, R. (2004). *Scale and geographic inquiry*. Oxford: Blackwell.

SMITH, N. (1995). *Remaking scale: competition and cooperation in prenational and postnational Europe, in Competitive european peripheries*. Berlim: Springer. Pp. 59-74.

SOJA, E. (1989). *Postmodern geographies*. Londres: Verso. 1989.

SWYNGEDOUW, E. (1997). *Neither global nor local: 'glocalization' and the politics of scale, in spaces of globalization*. New York: Guilford Press, pp. 137-166.

TAYLOR, P. J. (1994). The state as container, territoriality in the modern world-system. *Progress in human geography*, v. 18, pp. 151-162.

TAYLOR, P. J. (2004). *World city network*. Londres: Routledge.

VELTZ, P. (1996). *Mondialisation, villes et territoires: l'economie archipel*. Paris: PUF.

WIMMER, A.; GLICK S. N. (2002). Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the local sciences. *Global networks*, v. 2, pp. 301-334.

WOLCH, J.; DEAR, M. (1989). *The power of geography*. Londres: Unwin Hyman.